



Disciplina: Teoria Política Moderna

Código: EGH 00. 297

Professor: Renato Lessa (rlessa@cienciahoje.org.br)

Período: 2011-1

Créditos: 04 (quatro)

Horário: Terça-feira, das 9 às 12 horas

Carga Horária: 90 horas

Consultas: A combinar com o professor

O curso tem por objetivo apresentar e discutir as principais visões produzidas pela reflexão política, da Antiguidade clássica até o século XVIII. Ao lado de questões tradicionais, suscitadas pelo tratamento canônico da história da reflexão política, pretendo enfatizar a presença, no âmbito dessa mesma história, de uma ampla *diversidade de modelos imaginários de sociabilidade*.

Mais do que reflexões dirigidas ao problema específico do *poder* e aos seus corolários, a história da disciplina testemunha a força e a perenidade de um *conflito insolúvel de imagens de mundos sociais*. Imagens geradas por diferentes esforços de invenção intelectual, empreendidos ao longo do tempo, sem que cada um deles tenha ficado aprisionado em sua circunstância histórica própria e originária. Em outros termos, não há, nessa história, passado absoluto, nem futuro que, de antemão, seja impossível. Em cada esforço de invenção de imagens de mundo estão sempre presentes invenções anteriores que, dessa forma, se desfazem de seus lugares históricos originais. Cada invenção, portanto, exige o confronto e a distinção com o que se apresenta como já estabelecido. Trata-se de uma forma de fundamentação que impõe a necessidade do conflito com outras imagens de mundo.

Durante os seminários, tais imagens serão tratadas como *etnografias de mundos sociais possíveis*, destacando, além das concepções a respeito da ordem política, o *lugar do narrador*, a *constituição de personagens*, a *definição das bases ontológicas da sociabilidade*, *modelos de justiça* e *critérios de racionalidade prática*. Além disso, o curso procurará explorar *os nexos fundamentais existentes entre a atividade de invenção de mundos sociais e a tradição maior da filosofia*. (E aqui não vai qualquer pretensão inovadora: já o bom Aristóteles nos dizia – em célebre fragmento do *Protréptico* – que: “Se se deve filosofar, deve-se filosofar e, se não se deve filosofar, deve-se filosofar; de todos os modos, portanto, se deve filosofar.”)

Na medida em que a reflexão política se constitui a partir de um conjunto próprio de enunciados sobre o mundo, tal atividade mobiliza uma série complexa e compulsória de decisões ontológicas, epistemológicas e lingüísticas. O nexo com a filosofia é, pois, incontornável, já que é no seu interior que essas questões devem ser tratadas; elas pertencem ao campo da filosofia. Se optarmos por desconhecer esse nexo, azar o nosso: ele não será cancelado pelo nosso esquecimento.

Decisões ontológicas dizem respeito a estados de mundo estabelecidos pelos diferentes autores, que ao descrevê-los, definem suas propriedades e seus modos de existência. Mais do que meramente interpretar, a atividade cognitiva dos humanos imagina ontologias. Tais ontologias são irredutíveis ao assim chamado mundo histórico, posto que decorrem de atos de invenção. A afirmação acadiana de que todo pensador está inserido em contextos determinados vale pelo que parece ser: uma verdade óbvia e excessiva. Para nossos fins, o contexto de um autor é a sua experiência pessoal de configuração de contexto e, dessa forma, inacessível, por maiores que sejam os esforços de escavação conceitual.

Decisões epistemológicas referem-se a concepções de conhecimento, suas formas e seus alcances. Assim como não há ontologia natural a ser suposta à partida, não parece ser adequado postular um paradigma epistemológico que sirva como referência comum. Todo dissenso no campo da reflexão política tem como campo expressivo uma disputa paradigmática no campo do conhecimento.

Decisões de ordem lingüística põem sob foco as estratégias narrativas, associadas a modos de persuasão. Mais do que isso, dizem respeito às formas de validação dos enunciados e a suas pretensões de verdade.



Há, portanto, nos assim chamados “clássicos da política” mais do que pensamento político. Na verdade, a condição mesma de se falar do “político” exige a inscrição em um campo de significados, marcado pela precedência de questões filosóficas. Na verdade, o conjunto de premissas filosóficas necessárias a qualquer discurso político, aqui indicadas, (ontologia, epistemologia, narrativa), poderia ser alargada com a inclusão de outras dimensões igualmente relevantes, tais como a ética, a estética e questões de racionalidade prática. De todas as formas, o campo da filosofia apresentar-se-ia com força ainda maior.

No que diz respeito à teoria política – ramo decantado da filosofia –, sua história será aqui apresentada como hospedeira de vasto dissenso. De um dissenso que evoca o velho e digno tropo céptico da *diaphonía* ou do desacordo indecível. Se há uma tradição da filosofia política, esta é a de viver de e abrigar tal dissenso. Não se trata, pois, de constituir uma história de certezas cumulativas e de eventos intelectuais cuja racionalidade e sentido se encontram nos contextos *objetivos* e exteriores e que pavimentam os caminhos de uma pretensa cientificidade futura.

O convite é o de pôr em destaque a *dimensão poiética* da disciplina, vale dizer, a da antecipação e invenção de estados de mundo inexistentes. Antecipações e invenções que, por vezes, decantaram no chamado *mundo real*, configurando alguns dos *objetos sólidos* – tal como Virginia Woolf os chamaria – sobre os quais a ciência política contemporânea se debruça, com frequência esquecida de sua própria história e das crenças que a constituem.

As invenções e suas formas de decantação: aqui tocamos em um privilégio disso que, por conforto lingüístico, chamamos de ciência política: os seus objetos foram inscritos no mundo por meio de processos de implantação nos quais a própria história da disciplina é um de seus autores. Em outros termos, trata-se de uma história na qual *crenças* – que compulsoriamente constituem os fundamentos dos diversos atos de invenção humanos – acabam por configurar o mundo real da política. Na verdade, um dos objetivos deste curso é explorar a idéia de que a tradição da filosofia política pode ser pensada como universo que contém uma série de atos de simulação de crenças.

Investigar a história da teoria política é condição necessária para reconhecer que, mesmo em sua dimensão empírica, a ciência política – como toda *techné* humana – estrutura-se a partir de perguntas que dirigimos aos nossos experimentos. Tais perguntas e a sua linguagem só podem existir como figuras de uma *tradição*. E é com parte dela que teremos o privilégio de conviver no semestre que ora inicia.

São questões derivadas da filosofia que, aqui, serão mobilizadas para tratar de obras que, entre inúmeros temas, tratam da “política”. Entre elas, uma terá particular destaque: como fundamentar as diferentes visões da política aqui apresentadas? Em outros termos, qual a modalidade própria de verdade praticada pela tradição da filosofia política?

O programa apresentado a seguir enumera os temas, as leituras e a seqüência dos seminários. No correr do semestre, haverá ainda três sessões especiais de apresentação de autores e/ou questões cruciais para o desenvolvimento do programa, com horário ainda a definir. Tais sessões serão organizadas sob forma de conferências, abertas aos demais estudantes, versarão sobre os seguintes temas: (i) A Tradição Céptica; (ii) Fundamento e Fundação: duas modalidades do discurso político; (iii) Descartes e a interpelação racionalista à política.

Seqüência de Temas e Leituras:

I. Abertura (Aula 1)

GOODMAN, N. (1995), “Palavras, Obras, Mundos”, in Modos de Fazer Mundos. Porto, Edições ASA, pp. 37-61.

PEREIRA, O. P. (1993), “O Conflito das Filosofias”, in O. Porchat Pereira., *Vida Comum e Ceticismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, pp. 5-21.

LESSA, R. (2003), “Por Que Rir da Filosofia Política?, ou A Ciência Política como *Techné*”, in Renato Lessa, *Agonia, Aposta e Ceticismo: ensaios de filosofia política*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 129-139. Disponível também na base do Scielo.

II. A Cidade e a Filosofia I: a invenção da política e a sofística (Aula 2)



- FINLEY, M. (1998), "Política", in M. Finley (ed.), O legado da Grécia: uma nova avaliação, Brasília, Editora da UnB, pp. 31-47
- KERFERD, G. B. (1981), The Sophistic Movement. Cambridge, Cambridge University Press, caps. 9 e 10.
- LESSA, R. (1994), "Relativismo e Universais: Um Argumento Não-Gellneriano", in A. Cícero e W. Salomão (orgs.), O Relativismo Enquanto Visão do Mundo. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, pp. 39-62.
- TUCÍDIDES (2001), História da Guerra do Peloponeso, Brasília, Editora da UnB, Livro II, Caps. 35 a 46, pp. 108-114.
- VERNANT, J.-P. (1972), As Origens do Pensamento Grego, São Paulo, Difel, Capítulo IV, "O universo espiritual da polis", pp. 34-47
- WOLF, F. (1999), Aristóteles e a Política, São Paulo, Discurso Editorial, pp. 7-18.

III. A Cidade e a Filosofia II: a "fabulação platônica" (Aula 3)

- KOYRÉ, A. (1988), Introdução à Leitura de Platão. Lisboa, Editorial Presença.
- PLATÃO. (1968), A República. São Paulo, Difel.

IV. A Cidade e a Filosofia III: Aristóteles, questões de primeira filosofia, ética, política e retórica (Aula 4)

- _____. (1985), "Politics", in J. Barnes (ed.), The Complete Works of Aristotle. Princeton, Princeton University Press. (Há edição brasileira, pela Editora da UnB)
- _____. "Ética a Nicômaco", in Aristóteles. São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores).
- LLOYD, G. E. R. (1968), Aristotle: the growth and structure of his thought, Cambridge, Cambridge University Press
- WOLF, F. (1999), Aristóteles e a Política, São Paulo, Discurso Editorial, pp. 19-151

V. Maquiavel (Aula 5).

- BERLIN, i. (1980), "The Originality of Machiavelli", in Isaiah Berlin, Against the Current: essays in the history of ideas, New York, Viking Press, pp. 25-79.
- Burkhardt, J. (1991), A Cultura do Renascimento na Itália. São Paulo, Companhia das Letras, pp.
- CHABOD, F. (1958), "An Introduction to The Prince", in Federico Chabod, Machiavelli and the Renaissance, New York, Harper and Row, p. 1-29.
- _____. (1958), "Machiavelli's Method and Style", in Federico Chabod, Machiavelli and the Renaissance, New York, Harper and Row, pp. 126-48.
- COLISH, M. (1993), "The Idea of Liberty in Machiavelli", in William J. Connel (ed.), Renaissance Essays, Volume II, Rochester, University of Rochester, pp. 180-207.
- MAQUIAVEL, N. (1972), O Príncipe. São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores).
- MESNARD, P. (1956), El Desarrollo de la Filosofía Política en el Siglo XVI. México, Ediciones de la Universidad de Puerto Rico, pp. 3-66.

VI . Modos da Soberania e da Contra-Soberania: o "pensamento soberano" e um discurso que "dispensa o soberano" (Aula 6).

- BODIN, J. (1993), On Sovereignty. Cambridge, Cambridge University Press, pp.
- CLASTRES, P. (1982), "Liberdade, Mau Encontro, Inominável", in Etienne La Boétie, Discurso sobre Servidão Voluntária. São Paulo, Brasiliense, pp. 109-123
- GIL, F. (2003), A Convicção. Lisboa, Campo das Letras, Segunda Parte, "O Pensamento Soberano", pp. 93-170
- LA BOÉTIE, É. (1982), Discurso sobre Servidão Voluntária. São Paulo, Brasiliense, pp. 11-39
- LEFORT, C. (1982), "O nome do Um", in Etienne La Boétie, Discurso sobre Servidão Voluntária. São Paulo, Brasiliense, pp. 125-171.
- MESNARD, P. (1956), El Desarrollo de la Filosofía Política en el Siglo XVI. México, Ediciones de la Universidad de Puerto Rico, pp. 443-504.

VII. Ceticismo e Irresolução (Aula 7)

- LAURSEN, J. C. (1992), The Politics of Skepticism in the Ancients, Montaigne, Hume, and Kant. Leiden, E. J. Brill, Caps. 4 e 5, pp. 94-144..



- LESSA, R. (2007), “Pensamento Soberano e Formas da Irresolução”, in AA. VV., *A Razão Apaixonada: Homenagem a Fernando Gil*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 239-291.
- _____. (2009), “Montaigne’s and Bayle’s Variations: The Philosophical Form of Skepticism in Politics”, in José R. Maia Neto, Gianni Paganini e John Christian Laursen (Eds.), *Skepticism in the Modern Age: Building on the Work of Richard Popkin*, Leiden/Boston: Brill, pp. 211-228.
- MONTAIGNE, M. de. (1974), *Ensaaios*. São Paulo, Abril (Col. Os Pensadores), ensaios selecionados: Livro I (I, XXIV e XXXI), Livro II (II, XI, XVII), Livro III (XIII).
- POPKIN, R. (2000), *História do Ceticismo de Erasmo a Espinosa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, Prefácio e caps. 1 a 5, pp. 13-184

VIII. Racionalismo, Sociabilidade e Ordem Política I: Hobbes (Aula 8)

- BOBBIO, N. (1986), “O Modelo Jusnaturalista”, in N. Bobbio e M. Bovero (eds.), *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo, Brasiliense.
- HOBBS, T. (1974), *Leviatã*. São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores).
- _____. (2002), *Behemot ou o Longo Parlamento*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

IX. Racionalismo, Sociabilidade e Ordem Política II: Espinosa (Aula 9)

- ESPINOSA, B. (2004), *Tratado Político*. São Paulo, Martins Fontes.
- AURÉLIO, D. P. (1999), *A Vontade de Sistema: Estudos sobre Filosofia e Política*. Lisboa, Cosmos.
- _____. (2000), *Imaginação e Poder*. Lisboa, Colibri.
- CHAUÍ, M. (2000), *Política em Espinosa*. São Paulo, Companhia das Letras.

X. Razão, Experiência e Direitos Naturais: Locke (Aula 10)

- BOBBIO, N. (1997), *Locke e o Direito Natural*, Brasília, Editora da UnB, Partes II e III, pp. 69-246.
- LOCKE, J. (1974), *2º Tratado sobre o Governo Civil*. São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores).

XI. As Incertezas do Esclarecimento

1. As Bases Culturais, Históricas e Societais da Política (Aula 11)

- MONTESQUIEU. (1973), *O Espírito das Leis*. São Paulo, Abril (Coleção Os Pensadores).

2. Crítica Cultural e as Novas Bases da Sociabilidade (Aula 12)

- ROUSSEAU, J. J. (1978), “Discurso sobre as Origens e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, in Rousseau. São Paulo, Editora Abril (Coleção Os Pensadores).
- CASSIRER, E. (1954), *The Question of Jean-Jacques Rousseau*. London, Indiana University Press.
- STAROBINSKI, J. (1992), *Jean-Jacques Rousseau: A Transparência e o Obstáculo*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 287-309.

3. David Hume: Ceticismo, Common Life, as Paixões e o Realismo Político (Aula 13)

- HUME, D. (1992), *Enquiry Concerning the Principles of Morals*. Oxford, Oxford University Press. (Há edição brasileira, pela Editora da Unicamp).
- _____. (2004), *Ensaios Morais, Políticos e Literários*. Rio de Janeiro, Topbooks, Ensaios selecionados: Parte I (III, IV, V e XVIII), Parte II (XVI).
- HAAKONSEN, K. (1989), *The Science of a Legislator: The Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge, Cambridge University Press, cap. 1: “Hume’s Theory of Justice”, pp. 4-44.
- _____. (1993), “The Structure of Hume’s Political Theory”, in D. F. Norton (ed.), *The Cambridge Companion to Hume*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 182-221.
- LESSA, R. (2004), “A Condição Hum(e)ana e seus Ensaios”, in David Hume, *Ensaios Morais, Políticos e Literários*. Rio de Janeiro, Topbooks, pp. 11-46.



XII. Filosofia Política e Invenção Institucional: Era uma Vez na América... (Aula 14).

- MADISON, J.; HAMILTON, A. e JAY, J. (1993), Os Artigos Federalistas, 1787-1788. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- WOOD, G. S. (1987), "The Origins of the Constitution". This Constitution...: A Bicentennial Chronicle, nº 15, Summer.
- MAIER, P. (1987), "The Philadelphia Convention and the Development of American Government: From the Virginia Plan to the Constitution". This Constitution...: A Bicentennial Chronicle, nº 15, Summer.
- VII. Filosofia Política, para quê? (Aula 15).
- LESSA, R. (2003), "Filosofia Política e Pluralidade dos Mundos", in R. Lessa, Agonia, Aposta e Ceticismo: Ensaio de Filosofia Política. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 63-92.
- WOLIN, S. (1969), "Political Theory as a Vocation". American Political Science Review, vol. 63, nº 4.